



ESTADO DE MATO GROSSO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete da Presidência

Pregão Eletrônico n. 13/2026 - CIA 0000781-34.2026.8.11.0000

Assunto: Minuta de edital. Registro de Preços visando a contratação, sob demanda, de empresa especializada na prestação de serviços de organização de eventos, englobando todas as etapas essenciais: planejamento, organização, coordenação, promoção e execução, para atender as necessidades do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso.

Vistos etc.

Trata-se de procedimento licitatório que tem por objeto o registro de preços visando a contratação, sob demanda, de empresa especializada na prestação de serviços de organização de eventos, englobando todas as etapas essenciais: planejamento, organização, coordenação, promoção e execução, para atender as necessidades do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso.

A Presidência considerou a demanda oportuna e conveniente em 04/02/2026 (andamento n. 21 do expediente vinculado), reconhecendo a relevância da contratação de profissionais especializados, sobretudo diante da responsabilidade em assegurar o planejamento, coordenação e execução eficiente de todos os eventos de maior complexidade, contribuindo para que todas as etapas sejam realizadas com alto grau de profissionalismo.

Por consequência, o Departamento Administrativo instruiu os autos com a planilha de despesas (andamento n. 9), no valor de R\$ 6.500,00 (seis milhões e quinhentos mil reais), bem como a minuta de edital elaborada em observância do modelo padrão disponibilizado pela Advocacia-Geral da União (andamento n. 24), entre outros documentos.

Em seguida, a Assessoria Técnico-Jurídica de Licitação reconheceu a adequação da modalidade licitatória e a regularidade formal dos autos, mas apresentou apontamentos e recomendações de ajuste antes da publicação do certame, a fim de garantir a legalidade, a competitividade e a vantajosidade da





ESTADO DE MATO GROSSO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete da Presidência

contratação. Confira-se:

“II.1 Termo de Referência:

i) adotar os critérios da IN 03/2024-CADM a respeito das sanções administrativas no decorrer da contratação e alterar o ente federativo União para Estado de Mato Grosso, quanto à inscrição em Dívida Ativa e Prejuízos à Administração Pública (itens 27.5 e 27.10);

ii) incluir o reajustamento de preços, de acordo com o Decreto n. 11.462/2023, indicar o índice a ser utilizado, a fim de evitar discussões a seu respeito;

iii) Incluir previsão expressa no Termo de Referência sobre o Tratamento Favorecido a ME/EPP: a Minuta do Edital indica no item 3.4.2 que não será concedido tratamento favorecido para microempresas e empresas de pequeno porte. Contudo, o item 4.3 prevê a declaração de enquadramento para usufruir de benefícios da LC 123/2006, e o item 6.16 detalha o procedimento de empate ficto. Existe uma contradição interna no Edital e uma lacuna no TR sobre a justificativa para eventual exclusão desse benefício, conforme apontado no comentário FC5 do documento (“Tema não localizado no TR”).

II.2 Minuta de Edital:

(i) Excluir o item 3.4.1, de acordo com o artigo 4º, parágrafo único da IN 116/2024-SEGES, não sendo possível a participação de pessoas físicas para o objeto licitado, por conseguinte, retirar a expressão pessoa física dos itens 3.6.3 3.6.6;

(ii) Readequar o item 5.1.1 para “Valor unitário do item bem como o valor global do lote”;

(iii) Corrigir a redação do item 6.17.2.1 para: “empresas





ESTADO DE MATO GROSSO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete da Presidência

estabelecidas no território do Estado do órgão ou entidade da Administração Pública estadual licitante”;

(iv) Excluir do item 7.1.6 a expressão “Órgãos e Entidades Municipais”;

II.3 Do Modelo da Ata de Registro de Preços: - Incluir na Cláusula Nona que as sanções se encontram dispostas no Edital e no Termo de Referência (que deverá ser readequado, de acordo com a IN 03/2024-TJMT);

II.4 Minuta de Contrato

Incluir Minuta de Contrato: Embora o Termo de Referência, em seu item 30.1, mencione ser dispensável a minuta contratual, com fundamento no art. 95, inciso II, da Lei n. 14.133/2021, esta Assessoria entende adequada a inclusão da Minuta do Termo de Contrato, promovida pelo Departamento Administrativo, por cautela. A medida revela-se compatível com o art. 95, caput, da Lei n. 14.133/2021 e com o art. 34 do Decreto n. 11.462/2023, que admitem a formalização de instrumento contratual sempre que a natureza da contratação assim recomendar.

No caso concreto, trata-se de futura contratação de serviços de organização de eventos, os quais envolvem múltiplas etapas — planejamento, coordenação, promoção e execução —, conforme descrito no Termo de Referência. Tais características evidenciam a complexidade da execução e justificam a formalização de contrato, a fim de conferir maior segurança jurídica, delimitar responsabilidades e assegurar clareza quanto às obrigações das partes.

Dessa forma, a inserção da minuta contratual mostra-se juridicamente pertinente e alinhada às boas práticas administrativas.

Faz-se imprescindível prever o reajustamento de preços, consoante





ESTADO DE MATO GROSSO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete da Presidência

dispõe os artigos 25, §7º c/c 92, inciso V e §3º da Lei 14.133/2021 c/c artigo 25, III do Decreto n. 11.462/2023, com a indicação do índice a ser utilizado.

Por outro lado, quanto à vigência (Cláusula Segunda), deve estar restrita ao período necessário do(s) evento(s) institucionais os quais serão objeto da relação jurídica, sem prorrogação, salvo que houver alteração da programação, o que se dará de acordo com o artigo 111 da Lei 14.133/2021”.

Dada à pertinência das considerações acima, este Presidente determinou que os setores responsáveis levassem a efeito as ressalvas feitas pela assessoria jurídica ou, subsidiariamente, trouxesse justificativas técnicas para manutenção da atual redação, sem que isto implique em riscos à Administração.

Em cumprimento à deliberação Presidencial, a Coordenadoria de Infraestrutura juntou o Termo de Referência atualizado, contemplando as sugestões de melhoria apresentadas pela assessoria jurídica, no andamento n. 38.

Por fim, no andamento n. 43, o Gerente Setorial de Licitações informou que a minuta do edital foi alterada, em conformidade com o parecer jurídico e última versão do Termo de Referência.

É o essencial.

Decido.

O artigo 29, da Lei n. 14.133/2021 estabeleceu que o pregão é a via adequada para a aquisição de bem ou contratação de serviço cujo objeto possua padrões de desempenho e qualidade que possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado. Confira-se:

“Art. 29. A concorrência e o pregão seguem o rito procedimental comum a que se refere o art. 17 desta Lei, adotando-se o pregão sempre que o objeto possuir padrões de desempenho e qualidade que possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de





ESTADO DE MATO GROSSO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete da Presidência

especificações usuais de mercado.

Parágrafo único. O pregão não se aplica às contratações de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual e de obras e serviços de engenharia, exceto os serviços de engenharia de que trata a alínea “a” do inciso XXI do caput do art. 6º desta Lei”.

Na espécie, verifica-se que o objeto da licitação se enquadra na hipótese legal que permite a realização do pregão na sua forma eletrônica.

Destaque-se, ademais, que foram esgotadas as fontes ordinárias de pesquisa de preços e as recomendações formuladas pela Assessoria Técnico-Jurídica de Licitação foram acolhidas em sua totalidade.

Portanto, nos termos da Lei de Licitações, **APROVO** a última versão do Termo de Referência e o edital do Pregão Eletrônico n. 13/2026.

À Coordenadoria Administrativa para adoção das providências pertinentes.

Cumpra-se.

Cuiabá, data conforme registro no sistema eletrônico.

Assinado digitalmente

Desembargador **JOSÉ ZUQUIM NOGUEIRA**
Presidente do Tribunal de Justiça





Protocolo de Assinatura(s)

O documento acima foi assinado eletronicamente, na plataforma de assinaturas do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso.

Para assegurar a autenticidade e validar as assinaturas, utilize o endereço abaixo.

<https://validador.tjmt.jus.br/codigo/AD:191D0000-0AA4-0A58-7B0A-08DE7892F7B4>

Código verificador - AD:191D0000-0AA4-0A58-7B0A-08DE7892F7B4



Documento assinado por meio eletrônico, conforme MP 2200-2 de 24/08/2001.